

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado)
Convênio UNESP/INCRA/Pronera
Parceria: Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

José Carlos de Almeida

**A Disputa Territorial entre Agronegócio x Campesinato no
Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita - RS**

Presidente Prudente

2011

José Carlos de Almeida

**A Disputa Territorial entre Agronegócio x Campesinato no
Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita - RS**

Trabalho de monografia apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente

2011

José Carlos de Almeida

**A Disputa Territorial entre Agronegócio x Campesinato no
Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita - RS**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Prof. XXXXXXXXXXXXX

Prof. XXXXXXXXXXXXX

Presidente Prudente, 8 de novembro de 2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado Ao meu grande amor, Graciela, pela alegria e as coisas simples da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pela luta e conquista da terra e
pela oportunidade de poder estudar.

A minha família pelo exemplo e dedicação

Aos professores e monitores que acompanharam neste caminho, especialmente ao professor

Dr. Bernardo Mançano Fenandes e ao coorientador Edson Elmir Cadore

A Reforma Agrária gera emprego, combate a fome, resgata a cidadania e traz vida digna aos pobres do campo e da cidade. O latifúndio concentra renda, não gera emprego, usa mau dinheiro público e só traz a desgraça para os pobres. *Frei Sérgio Antônio Gorgen.*

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender a disputa territorial entre os camponeses e o agronegócio, no assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita- RS. Debatendo a disputa territorial a partir da análise e das mudanças nas formas de produção no assentamento, entre anos de 2007 e 2010. Também se analisou o processo de construção da territorialidade camponesa e do agronegócio no assentamento, buscando compreender a renda da terra, a presença do agronegócio e as relações de poder a partir da luta pelo controle territorial. As mudanças ocorridas nas relações de poder e no modo de produção, tiveram início a partir da ação organizada das famílias assentados, modificaram as relações sociais no território. As informações colhidas durante a pesquisa de campo se obtiveram através da investigação-ação participativa na comunidade, e serviram de suporte para a análise da realidade; desde a perspectiva da geografia crítica. A pesquisa se fundamentou em diferentes modelos de desenvolvimento da produção no assentamento, buscou-se compreender a luta pela terra e as formas de resistência dos trabalhadores Sem Terra no território.

Palavras-chave: Assentamento; Território; Agronegócio; Campesinato.

RESUMEN

El presente trabajo buscó comprender la disputa territorial entre el campesinado y el agronegocio, en el asentamiento Santa Rita de Cassia II, en Nova Santa Rita- Río Grande del Sur. Debatiendo la disputa territorial a partir del análisis y las transformaciones en la forma del producción en el asentamiento, entre los años 2007 y 2010. También se analizó el proceso de construcción de la territorialidad campesina y del agronegocio en el asentamiento, buscando comprender la renta de la tierra, la presencia del agronegocio y las relaciones de poder a partir del la lucha por el control territorial. Las transformaciones ocurridas en las relaciones de poder y en el modo producción tuvieron inicio a partir de la acción organizada del las familias asentadas, modificando las relaciones sociales en el territorio. Las informaciones recogidas durante la investigación de campo se obtuvieron a través de la investigación-acción participativa en la comunidad, sirvieron de soporte para el análisis de la realidad desde la perspectiva de la Geografía crítica. La investigación se fundamentó en diferentes perspectivas de producción en el asentamiento, se buscó comprender la lucha por la tierra y las formas de resistencia de los trabajadores Sin Tierra en el territorio.

Palabras claves: Asentamiento; Territorio; Agronegocio; Campesinado.

Lista de Siglas

MST	Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
COOPTEC	Cooperativa dos técnicos de Nova Santa Rita
RS	Rio Grande do Sul
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
IRGA	Instituto Riograndense de Arroz
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores dos Assentamentos de da Região de Porto Alegre
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Componentes por Faixa Etária Fonte: COPTec, 2007
------------------	--

Lista de Tabelas

Tabela 1	Componentes por Faixa Etária Fonte: COPTec, 2007
Tabela 2	Área e renda dos principais produtos produzido no assentamento Santa Rita de Cássia II Fonte: José Carlos de Almeida
Tabela 3	Comparação participação das famílias na produção de arroz orgânico. Assentamento Santa Rita de Cássia II, 2010. Fonte: José Carlos de Almeida
Tabela 4	– Assentamento Santa Rita de Cássia II - Produção de arroz orgânico e comercialização

Lista de Figuras

Figura 1	Localização do município de Nova Santa Rita no estado do Rio Grande do Sul. Fonte IBGE (2008)
Figura 2	Localização do assentamento Santa Rita de Cássia II no município de Nova Santa Rita.
Figura 3	Dia da conquista da terra
Figura 4	Produção de arroz orgânico pelos assentados
Figura 5	Assentamento Santa Rita de Cássia II

SUMÁRIO

Introdução

1 - Formação do território do Assentamento Santa Rita de Cássia II

- 1.1 Caracterização do assentamento no município de Nova Santa Rita**
- 1.2 Histórico da luta pela conquista do assentamento**
- 1.3 O perfil das famílias assentadas**
- 1.4 Organização territorial do assentamento**

2 - “Os Catarinas” no território do assentamento Santa Rita de Cássia II

- 2.1 Origem e perfil dos arrendatários**
- 2.2 Técnica, poder e território**
- 2.3 Território e renda da terra e da água**
- 2.4 Território e conflitualidade do camponês e do agronegócio**

3 - Disputa territorial no Assentamento Santa Rita

- 3.1 Organização na disputa territorial entre assentados e arrendatários**
- 3.2 Desafios para a superação da dependência dos assentados em relação aos arrendatários**
- 3.3 Proposta do MST**
- 3.4 Proposta do INCRA**

Conclusões

Bibliografia

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo geral compreender a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita Rio Grande do Sul. Nossa metodologia consiste num estudo qualitativo baseada na ação participativa, observação, entrevistas e análise documental entre o final do ano de 2007 e 2010, objetivando analisar a disputa territorial, entre os modelos de desenvolvimento do campo, a partir das formas de produção no assentamento. Os objetivos específicos do foram: identificar e compreender a territorialidade do campesinato e do agronegócio no assentamento; estudar a organização da produção na disputa territorial entre o modelo camponês e capitalista; analisar a renda da terra e sua origem no assentamento; compreender as relações de poder entre assentados e arrendatários no assentamento. Nossa análise esta baseada nos princípios da geografia critica, desenvolvendo-se no campo da geografia agrária, onde buscamos debater a questão agrária, vinculada a concentração fundiária.

No primeiro capítulo, iremos descrever a formação do assentamento, baseada no histórico de luta e conquista do território, bem como a sua localização no Município de Nova Santa Rita e no Estado do Rio Grande do Sul. Apresentaremos o perfil das famílias assentadas, a organização sociopolítica e a caracterização do assentamento. No segundo capítulo discutiremos “os Catarina” no território do assentamento e a origem e o perfil dos arrendatários, discutindo a técnica, o poder e o território, por consequência a renda da terra, a territorialidade e a conflitualidade do camponês e do agronegócio. No capítulo três analisamos a disputa territorial, entre os modelos de desenvolvimento, na organização da produção. Por fim destacamos os desafios dos assentados e as propostas do MST e do INCRA para com o assentamento.

Nesta pesquisa se procurou contribuir na compreensão da realidade estudada, nos limites e nos desafios do assentamento. O presente trabalho procurou entender de como a paisagem foi ganhando novas configurações a partir da disputa territorial, entre os diferentes modelos de produção para o assentamento.

No decorer da pesquisa procurou-se entender de como que as participações do Estado e da organização política do MST na disputa territorial com o agronegócio foram influenciando nas maneiras de produção e de organização do território conquistado pela luta dos trabalhadores Sem Terra.

1. Formação do território do Assentamento Santa Rita de Cássia II

Cada família assentada e organizada pelo MST tem em comum as maneiras de realizar a cooperação, é uma história de luta e persistência que se inicia nos acampamentos por Reforma Agrária. No Estado do Rio Grande do Sul, são cerca de 13.500 famílias assentadas.

O acampamento é uma maneira de denunciar a concentração de renda e de terra, porém é no assentamento que as relações sociais de produção se concretizam. Desta maneira ao longo de 27 anos o MST, com luta e organização conquistou terra e dignidade para mais de 350 mil famílias brasileiras.

“Porém que o Brasil ainda continua sendo um país de muitos latifúndios, somente no Estado do Rio Grande do Sul, são mais de 838 latifúndios com mais de 2 mil hectares, que juntos somam 2.764.548 hectares, equivalente ao estado do Sergipe inteiro dentro do RS. Áreas que poderiam assentar 110.585 famílias e gerar mais de meio milhão de empregos diretos. Portanto os conflitos por terra continuaram ao longo da história. (Panfleto informativo da COCEARGS, semeando cooperação colhendo qualidade de vida. Dezembro de 2010)

A formação territorial da luta pela terra no Rio Grande do Sul tem suas especificidades, destacamos, dentre elas, as formas de se organizar os acampamentos e assentamentos e as maneiras de se realizar a luta pela terra conquistando novos territórios. Desta maneira os camponeses se realizam no local, buscando soberania sobre território conquistado. Nesse sentido, passamos a compreender a formação e a territorialização do assentamento Santa Rita de Cássia II. Analisando como ocorreu a luta pela terra, as conflitualidades e de como o agronegócio disputa com os camponeses as maneiras de se produzir no espaço.

Uma das primeiras atividades realizadas para interpretar o tema desta monografia foi aplicar questionário para recolher informações das famílias assentadas. O assentamento é composto de 102 famílias e entrevistamos 15% das famílias por amostragem aleatória, seguindo a ordem dos lotes: 01,07,14,21,28,35,42,49,56,63,70,77,84,91,99. A partir da metodologia utilizada, observamos que a entrevista é uma técnica, quantitativa e qualitativa, de coleção e informação, pela qual se colheram diversos dados de grande importância. O questionário aplicado junto às famílias assentadas, bem como, a metodologia de investigação e ação participativa, trouxe elementos importantes para melhor compressão da realidade estudada. Ter feito parte da luta pela terra e sendo também assentado nesta comunidade,

possibilitou entender os anseios, os limites e as dificuldades enfrentadas pelas famílias.

O município de Nova Santa Rita (figura 1) foi criado pela Lei N° 9.585, de 20 de março de 1992, e sua instalação realizada em 1° de janeiro de 1993. A estimativa de população no ano de 2010 é de 22.706 habitantes. Possui uma área de 217,9 Km², o que resulta em uma densidade demográfica de 94,5 habitantes por Km², mantendo uma distância da capital Porto Alegre de 21 km (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização do município de Nova Santa Rita no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE (2008)

Em 1994 foi implantado o primeiro assentamento no município de Nova Santa Rita. Depois foram mais dois assentamentos, todos eles através da organização e da luta dos camponeses Sem Terra. Por fim, no ano de 2006 conquistou-se o mais recente assentamento no município, o Assentamento Santa Rita de Cássia II, onde participei ativamente do processo de luta e conquista do território, onde hoje sou assentado.

A produção do município de Nova Santa Rita está relacionada à indústria, agropecuária, comércio e transporte. A localização privilegiada do município, próxima aos grandes centros urbanos da região de Porto Alegre, determina a logística dos meios de circulação e da dinâmica produtiva. O município está em desenvolvimento econômico, social e cultural e a participação das famílias assentadas neste processo se faz muito importante como demonstraremos à frente.

1.1 - Caracterização do assentamento no município de Nova Santa Rita - estado do Rio Grande do Sul

O nome ou denominação do assentamento Santa Rita de Cássia II, veio de uma discussão que os assentados (as) realizaram para nomear a terra conquistada. Tivemos várias sugestões de nomes para o novo assentamento, conquistado pelas famílias. A discussão, em torno do nome, que a princípio estava centrada na coordenação foi encaminhada para os núcleos de base. Assim, o nome que teve maior aprovação nos núcleos de base, foi o escolhido. O nome do assentamento representou a ligação das famílias assentadas com a Igreja católica, pois a mesma Santa é a padroeira do município de Nova Santa Rita. A data do decreto de criação do assentamento foi 20/10/2005, tendo como data de emissão de posse 14/12/ 2005, com o código do SIPRA- RS5036000.

A caracterização do assentamento, como uma comunidade ou um território conquistado, mantém suas especificidades, bem como: sua forte ligação com a Igreja católica e sua organicidade de forma coletiva. Entendemos que nenhum lugar é igual a outro, desta maneira o assentamento, com as especificidades de sua organização, é como uma ilha cercado pelo sistema capitalista, bem como define Woortmann (1990)

[...] são como que ilhas cercadas por um oceano de perigos; um mundus camponês cercado pelo (mundo) mundus da mercadoria, da propriedade privada mercantil desvinculada do trabalho, da ambição; mundo que ameaça a ordem moral, mas com a qual é preciso saber lidar (p. 22).

O assentamento está localizado a uma distância aproximada de 500 metros da sede municipal de Nova Santa Rita, com uma área total de 1.667,33 ha. A reserva legal averbada é de 332 ha. A área de Preservação Permanente corresponde a 4,43% da área total do assentamento com 73,68 hectares. Cada família assentada possui 12 hectares divididos em: área de moradia com 4 hectares e uma outra área de 8 hectares considerada de terras baixas (várzeas), destinadas a produção. O assentamento conta com cinco barragens - três consideradas de grande porte e duas consideradas de pequeno porte -, que necessitam de projetos de recuperação, com valor de irrigação e levante para bombeamento e uma área sistematizada¹ para plantio de arroz com 600 hectares, sendo que na implantação do projeto do assentamento já existia cerca de 250 hectares sistematizados.

1

Sistematização de área para plantio de arroz: implica preparar com maquinaria, a área deixando ela nivelada para efetivar o plantio.

Na região metropolitana de Porto Alegre e seu entorno foram implantados 25 assentamentos rurais, onde vivem mais de mil famílias, ligadas ao MST, de camponeses assentados. Esses assentamentos realizaram diferentes formas de luta até chegar à conquista de seus territórios. Portanto, o processo de luta pela terra fez com que o enfrentamento contra o capital se tornasse permanentemente uma luta pelas formas de produzir, ou seja, o território disputado não estava apenas na luta por um lote de terra, mas também na luta por um projeto de desenvolvimento. É assim, que os (as) camponeses (as) se criam e se recriam. Este processo faz com que as famílias camponesas aprendam novas culturas, se recriando de outra maneira, que não a mesma de onde viviam. Medeiros (2009) nos explica os desafios de se enfrentar uma nova realidade.

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes organizadas pelo sistema culturais com novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, coisas e comportamento e isso tudo, certamente imbricado de conflitos. (p.224)

A origem dos (as) camponeses (as) assentados (as) do assentamento Santa Rita de Cássia II é importante na compreensão da formação do território conquistado, pois o mesmo traz suas especificidades para se estudar e analisar o processo de recriação do campesinato, entendendo melhor os comportamentos e as formas de produção realizadas pelas famílias. Antes de compreender as formas, de se produzir e de se fazer a luta pela terra do assentamento Santa Rita de Cássia II, é fundamental entender este processo de luta pela terra no estado do Estado do Rio Grande do Sul.

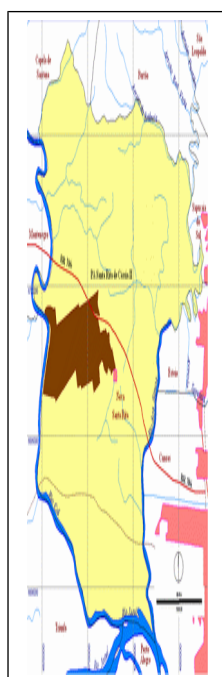
Destacamos algumas aspectos fundamentais referentes à luta pela terra no Estado: O MST se organizou no Estado em quatro regiões Norte, Sul, a Fronteira Oeste e a de Porto Alegre, e quando conquistou-se um território, a escolha foi feita pelas próprias famílias acampadas e algumas vezes as famílias foram assentadas em regiões distintas de sua origem.

Muitos camponeses (as) assentados (as) eram oriundos de outras regiões do estado com conhecimento cultural daquelas regiões. Portanto, quando assentados (as), através das desapropriações, em terras com características alagadas enfrentaram um grande desafio, pois não conheciam o manejo da cultura do arroz principal produto das regiões alagadiças. É importante registrar que as famílias, que participaram da luta pela terra e pela reforma agrária, vivenciaram uma história comum de luta e persistência que se iniciou nos acampamentos do MST. E nesta perspectiva, já trouxeram para o assentamento uma forma de organização que precisou ser respeitada e potencializada. Esta foi também a trajetória das famílias assentadas

residentes no Assentamento Santa Rita de Cássia II.

O assentamento Santa Rita de Cássia II está localizado as margens da BR-386, km 431, entrada a esquerda em direção a Lajeado/RS, junto ao perímetro urbano do município, a pelo menos 500 metros da sede municipal de Nova Santa Rita/RS (Figura 2). A BR-386 é o principal acesso do município, que localiza-se ao Leste do Rio Grande do Sul, na Região Metropolitana, a uma distância cerca de 21 Km de Porto Alegre/RS.

Figura 2 - Localização do assentamento Santa Rita de Cássia II no município de Nova Santa Rita.



Fonte: INCRA (2008)

1.2 - Histórico de luta pela conquista do assentamento Santa Rita de Cássia II

A luta pela terra no assentamento Santa Rita de Cássia II, teve origem no trabalho de base de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que organizaram acampamentos no estado do Rio Grande do Sul. Os acampamentos estiveram em diversos locais e com tempos diferentes de formação. Os (as) trabalhadores (as) rurais Sem Terra lutaram para se reproduzir no espaço, que foi antes de tudo uma luta de classes, contra o capital, permanentemente disputando no território. De acordo com Medeiros (2008)

Entendemos o Camponato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade

social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro - o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (p.58).

Compreender o campesinato como um modo de vida, uma forma de organizar a produção é entendê-lo como classe, em disputa pelo domínio dos espaços de produção, de circulação, político e econômico, ou seja, a luta pelo poder. Oliveira (2004) descreve

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para a beira das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (p.63)

Na luta pela terra, os (as) camponeses (as) Sem Terra, carregam a esperança de que um dia a terra possa ser conquistada que consigam viver com dignidade no território conquistado, o que determina que em muitos dos momentos de enfrentamento na luta contra o capital, que por vezes tornou-se desigual, pelo fato de que os (as) Sem Terra colocarem sua própria vida como trincheira de resistência na luta contra o capital.

Em entrevista realizada junto às famílias, o assentado “Tio Chico”, como é conhecido, relatou que: “... o principal elemento de resistência foi minha própria vida...”, o relato é referente ao momento em que se juntou com os Sem Terra, onde não tinha mais nada, mas as relações coletivas no acampamento foram possibilitando um outro olhar sobre as coisas: “... nos momentos de enfrentamento pela conquista da terra estive sempre na frente”. Neste sentido foi importante entender o território como um processo de disputa, que em certos momentos avançam e em outros recuam, pelas relações de poder que se estabelecem no próprio território. Ou seja, em um assentamento as maneiras de disputar o território mudaram dependendo da ação do homem no tempo e no espaço.

O assentamento Santa Rita de Cássia II foi fruto dessa disputa territorial onde foram assentadas em 2006, famílias dos acampamentos do MST, somando um total de 102 famílias oriundas de municípios da região norte do Estado, como: Sarandi, Palmeira das Missões, Nonoai e Cruz Alta, e cidades metropolitanas como Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Viamão, Arroio dos Ratos, e do próprio município de Nova Santa Rita, além de pessoas

com origem nos estados de SC, PR, PE, PA.

O primeiro momento de luta começou no dia 22 de abril de 2004, no período denominado pelo MST de abril vermelho. Cerca de 400 famílias da região metropolitana, ocuparam a fazenda até então chamada Fazenda Montepio, tendo como proprietário Osório Biazus, mesmo dono de uma empresa de ônibus, no município de Canoas. A área era arrendada para aluguel de gado de corte e plantio de arroz convencional para plantadores de Santa Catarina.

A partir desse momento se travou uma grande disputa pela área. No mesmo dia da ocupação, as famílias acampadas foram despejadas pela Brigada Militar, passando por um intenso processo de humilhação, pois o despejo aconteceu no fim da tarde quando já estava anoitecendo, e logo após do despejo começou a chover. As famílias não tiveram tempo para armar as barracas de lona preta, e nem de fazer comida, “me lembro que a noite foi de muito sofrimento e desespero humano, pois não se sabia o que fazer” dizia um acampado sobre aquele acontecimento. Todavia, as famílias acreditaram no poder da luta coletiva, acreditando que poderiam conquistar a terra. No dia seguinte, montaram acampamento em frente à fazenda, as margens da BR-386. Ali permaneceram por um longo período, muitas vezes passando por grandes dificuldades pela falta de água, de espaço para montar as barracas, e pelas freqüentes ações da Brigada Militar com intenção de inibir as famílias, além do grande risco de acidentes devido à proximidade da rodovia.

Por parte das famílias acampadas também houve muita insistência pela conquista da área para a implantação do assentamento, desde marchas, ocupações em prédios públicos, negociações em todos os órgãos possíveis e até o impedimento do leilão da área que estava sendo objeto de interesse da empresa de Supermercados Zaffari.

Com tática de resistência no acampamento as famílias tentaram construir por diversas vezes lavoura e horta para suprir parte da alimentação, porém a cada tentativa, uma nova ação da Brigada Militar e dos seguranças de contratados pelo fazendeiro, destruíam as plantações. Finalmente, em outubro de 2005, o poder judiciário autorizou as famílias que estavam acampadas às margens da rodovia a entrar na área e montar suas barracas de moradia.

Neste momento, o dia que seria de alegria com a conquista da terra, passou a ser de muita tristeza e de dor, aliás, dor que muitas famílias dos acampamentos do país já passaram e vem passando. No dia 29 de outubro de 2005, no dia da conquista da terra, o Movimento Sem Terra perde Marisa Lourenço de apenas 14 anos de idade, atropelada por um veículo em alta velocidade nas margens da BR 386. De acordo com uma moradora do assentamento Santa Rita de Cássia II “Marisa desde seus oito anos morava nos barracos, e não viu o sonho se

concretizar, lutou incansavelmente pela conquista da terra, por nossa conquista, deixou como legado além de seu sorriso infantil, o descaso pela qual foi tratado a situação de risco que as margens da rodovia nos proporciona” .

Figura 3 - Dia da conquista da conquista da terra.



Fonte: Arquivo do Assentamento, 2006

A luta dos Sem terra, esteve – e continua sendo - cheia de idas e vindas, foi preciso ter paciência, persistência, foi preciso acreditar e lutar para concretizar o desejo e a necessidade pela terra para poder trabalhar e produzir, porém, a espera não havia acabado, e por mais de seis meses as famílias permaneceram acampadas em uma área ao redor da sede da já antiga fazenda, até sua autorização definitiva por parte do INCRA para a ocupação dos lotes. De acordo com Fernandes (2009).

Em que contexto estão acontecendo às políticas e as disputas territoriais? O que esta em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde esta a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países (p. 200).

Entendemos que as mudanças ocorridas no território, no modo de vida das pessoas, nas disputas pelas políticas públicas e pelos modelos de produção, ocorrem em todos os tempos e lugares, portanto os (as) Sem Terra, ao longo do tempo foram mudando as suas formas de realizar a disputa territorial, aperfeiçoaram, recuaram, avançaram, lutaram na busca

pelo trabalho camponês autônomo.

No início da territorialização do assentamento, as famílias encontraram muitas dificuldades devido falta de infra-estrutura como moradias, galpões, ferramentas de trabalho, e carência na saúde, educação, falta de água e deficiência no transporte, pois não havia estradas de acesso aos lotes de moradia, sendo que muitas vezes as famílias realizaram mutirão para abertura de “picadas”. Diversas tentativas foram feitas junto a prefeitura do município para a melhorias dessas questões e até hoje pouco se resolveu. Apesar disto, uma mudança significativa na paisagem, a área que era da fazenda e foi transformada no território do assentamento, os lotes foram divididos e todas as famílias têm suas moradias com acesso para as estradas internas do assentamento, que conta com o transporte coletivo três vezes ao dia, chegando até o centro urbano.

1.3- O perfil das famílias assentadas

As informações colhidas para a presente pesquisa realizaram-se a partir da realização de pesquisa de campo utilizando a técnica de entrevistas aos (as) assentados (as)². Após o levantamento de dados no assentamento Santa Rita de Cássia II, pode-se caracterizar o perfil das famílias assentadas.

No gráfico 1 apresentamos os dados referentes a composição etária do assentamento, em 2007, aproximadamente 300 pessoas residiam no assentamento. Destes, 100 são homens adultos (35%) e 79 mulheres adultas (27%), 36 são jovens entre 12 e 18 anos (12%), e 77 são crianças até 12 anos (26%). Na faixa acima de 50 anos temos 44 pessoas (14,33%), e se percebe que a maioria, noventa e cinco pessoas (31,67%) tem entre quarenta e cinquenta anos, ao mesmo tempo em que o assentamento conta com boa parte de crianças e jovens até quinze anos (24%).

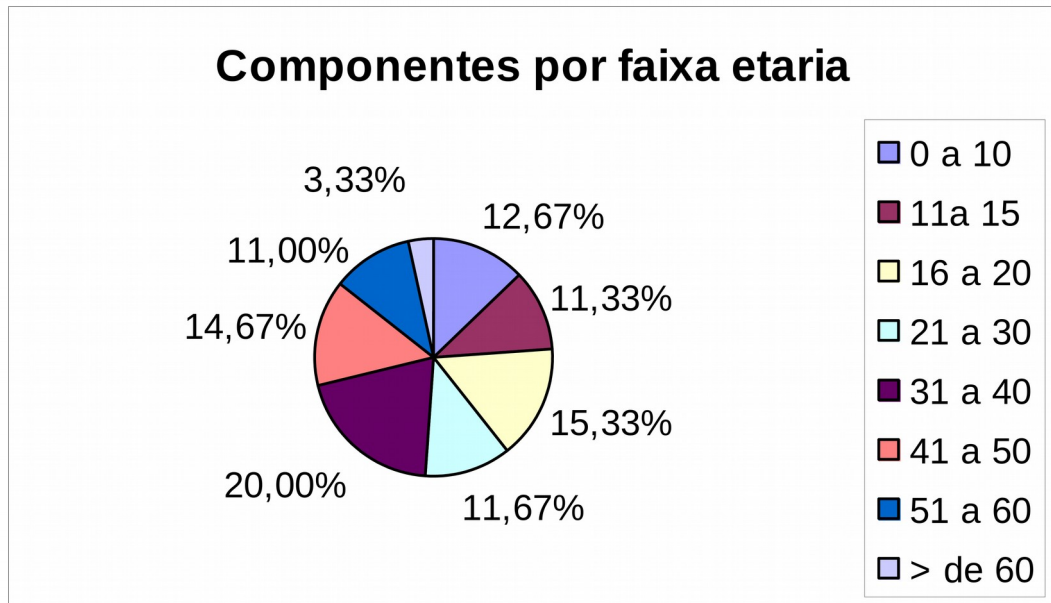
Neste assentamento a média é de três pessoas por família, sendo abaixo da média de outros assentamentos da região, pois há um grande número de beneficiários solteiros. Destaca-se que no período estudado a demografia do assentamento teve mudanças importantes como, por exemplo, o número de pessoas por família e quantidade de famílias por lote.

Aconteceu, como destacamos anteriormente, algumas mudanças no paisagem do assentamento, como construção de estradas internas, construção de moradias,

²Nas entrevistas foram levantadas informações como: número de pessoas que compõem a unidade familiar; produção para o consumo da família; participação nas atividades do assentamento organizadas pelo MST; a qualidade dos solos do assentamento; a disposição de plantar ou não arroz e se conhece a cultura da mesma; quais as formas de produção que utiliza no lote, dentre outros que foram diagnosticados pelo estudo.

reflorestamento, acesso a água potável captadas nos poços artesianos, acesso a energia elétrica e transporte público de passageiros.

Gráfico 1: Componentes por faixa etária.



Fonte: COPTEC, 2007

Tabela 1: Componentes por Faixa Etária

IDADE	Nº PESSOAS
0 a 10	38
11 a 15	34
16 a 20	46
21 a 30	35
31 a 40	60
41 a 50	44
51 a 60	33
> 60	10
TOTAL	300

Fonte: COPTEC, 2007. Organização José Carlos de Almeida.

A pesquisa de campo trouxe informações importantes, para atualizar os dados de população do assentamento Santa Rita de Cássia II. Existem diferenças se comparado com o cadastro do INCRA que não é atualizado desde 2007. Para o INCRA, por exemplo, 70% dos assentados (as) são considerados solteiros (as), sendo que 30% são mulheres e 40% homens. Neste tempo de três anos esses números mudaram. Em 2010, 76% dos assentados eram casados.

A pesquisa de campo também revelou que 90% das famílias produzem algum tipo de alimento para o consumo do dia-a-dia e 95% participam das atividades e dizem fazer parte do MST e do assentamento. Quando perguntados sobre a cultura de arroz, mais de 50% responderam que não querem saber de produzir arroz e que não tem conhecimento sobre a produção de arroz orgânico. Neste sentido cabe ressaltar que apenas 20% das famílias assentadas no assentamento Santa Rita de Cássia II, tem origem na região metropolitana de Porto Alegre RS, onde se produz arroz do banhado. A realização da pesquisa permitiu, também, a construção da memória do assentamento através do relato dos assentados (as) que participaram do processo de luta e conquista.

1.4 - Organização territorial do assentamento

O debate em torno da organização sociopolítica camponesa, seguiu no sentido de entender melhor o processo de adaptação e readaptação que os (as) assentados (as) sofreram. Ao iniciarem num novo espaço novas relações e novos anseios de vida, criaram novas formas de enfrentar as dificuldades impostas pelo sistema capitalista, ou seja, a organização feita por pessoas que formaram uma comunidade e ao longo do tempo mudaram suas funções, ou seja, as formas e maneiras organizativas mudaram ou se adaptaram as novas realidades. Desta maneira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se renova na sua organicidade nos novos assentamentos, o que quer dizer presente dos assentados constrói a possibilidade do futuro.

Entendemos que as práticas organizativas, bem como as práticas das pessoas são desafios criados na construção novas possibilidades. As contradições e os avanços aconteceram, dependendo do meio em que se está inserido. Neste caso são 102 famílias do assentamento Santa Rita de Cássia II vinculadas ao MST, que constituíram 10 núcleos de base, uma coordenação geral e um grupo de estudo composto por cinco representantes que se reúnem quando há demandas emergenciais, além da organização de grupos de produção para o arroz ecológico, das hortas e do leite.

Desde a implantação do assentamento Santa Rita de Cássia II a produção tem sido para o auto-consumo e seu excedente para a comercialização nos centros urbanos próximos ao assentamento, como Nova Santa Rita, Canoas, São Leopoldo e Porto Alegre. As unidades produtivas foram planejadas a partir de 2006, com a liberação dos recursos dos créditos de apoio e de fomento, acessados em 2007. Mas somente a partir de julho de 2009, quando as com a primeira parcela do crédito PRONAF, as famílias alcançaram um nível maior de

planejamento da produção.

Embora exista uma diversidade de culturas no assentamento como a produção de arroz, de leite e hortaliças (representa 80% da área e da renda), contempladas com o cultivo de milho, plantas medicinais, mandioca, batata-doce, amendoim, girassol, melancia, abóbora, feijão, melão, moranga, cana, entre outras.

Tabela 2 - Área e renda dos principais produtos produzido no assentamento Santa Rita de Cássia II ano/ 2010

Produtos	Nº de famílias	Área cultivada	Renda líquida
Arroz	53	230 há.	R\$ 600 há. Ano
Horta	25	14 há	R\$ 2000 hac. mês
Leite	5	30 vacas	R\$ 300 un. Mês

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Organização: José Carlos de Almeida.

Há ainda a produção em pequena escala de outras atividades como frutas, criação de pequenos animais, entre aves e suínos, e de grandes animais como gado de leite e gado de corte e em algumas áreas se destacam ainda a presença da piscicultura e apicultura para consumo de subsistência, e para a comercialização do excedente. Algumas famílias criam cavalos para ser usado no trabalho e no transporte.

As famílias chegaram ao assentamento em 2006 desprovidas de condições financeiras e estrutura para conseguir iniciar a produção, especialmente nas áreas de terra baixa, que exigiu um alto investimento e aquisição de maquinário. Isto levou a produção convencional de arroz, e em “parceria” com grupos externos ao assentamento e a organização regional. Os “Catarinas” como são conhecidos no Rio Grande do Sul, são pessoas vindas do Estado de Santa Catarina que arrendaram terras para o cultivo de arroz, muitas vezes em banhados difíceis de serem trabalhados, contudo tornaram-se um potencial de produção devido à experiência no cultivo por parte dos “Catarinas”.

É neste sentido que compreendemos melhor o conflito entre o agronegócio e camponeses do Assentamento Santa Rita de Cássia II. Por um lado, os “Catarinas” não são propriamente o agronegócio, mas representam um dos meios de exploração do agronegócio.

Por outro deram início ao modo de produção do arroz convencional que mais tarde mudaria para a produção agroecológica.

Na pesquisa de campo os assentados foram questionados sobre a participação nas negociações de arrendamento com os “Catarinas” todos responderam que sim mas disseram que a negociação era no sentido de uma parceria entre os assentados e os “Catarinas” e não na perspectiva de arrendamento. Esse debate é preciso ser encarado com um sentido crítico. O assentamento tem um grande número de pessoas que passam de 40 anos, ou seja, o trabalho que implica o cultivo de arroz, trabalhar no banhado, é um trabalho que tem certas exigências. É necessário o emprego de uma força de trabalho que implica dirigir um trator, lidar com maquinaria pesada, morar de lado da lavoura, conhecer a cultura do arroz e outro elemento que teremos de analisar é que 40% dos assentados vem da região Norte do Estado, onde não se planta o arroz do banhado. No total mais de 80% das famílias não tem experiência no cultivo de arroz.

O arrendamento do território conquistado pelas famílias assentadas permitiu que área de banhado sistematizada estivesse preparada para o plantio com um investimento bem menor. Outro elemento de destaque foi a participação do Estado, nas áreas de assentamento.

No ano de 2008 o conflito foi permanente. Das 102 famílias assentadas, 10 delas formaram um grupo para discutir a produção nas áreas de várzea. E iniciaram o cultivo numa lavoura de 1,7 hectares com plantio de arroz orgânico. O principal objetivo desta lavoura, iniciada em novembro de 2008, foi construir um processo de formação e aprendizagem de técnicas de cultivo da lavoura em sistema de produção orgânica.

Como se pode observar na Figura 2 essa lavoura de arroz foi resultado do trabalho coletivo, que foi feito de forma artesanal, semeado a mão pelas famílias, passando biofertilizante com as máquinas nas costas e foi cortada e colhida com a foicinha. Conseguimos utilizar o trator da prefeitura para debulhar e bater o arroz além de um caminhão, de famílias de outro assentamento do MST, que transportou a primeira produção de arroz orgânico, produzida no assentamento Santa Rita de Cássia II. É importante ressaltar que participei desde início do processo (do debate, da realização da lavoura, da colheita) como integrante do grupo das 10 famílias.

Figura 4: produção de arroz orgânico pelos assentados. Ano: 2008



Fonte: Trabalho de Campo, 2010. Organização: José Carlos de Almeida

O processo de disputa territorial no assentamento Santa Rita de Cássia II teve início no momento em que o arrendamento das áreas baixas para os “Catarinas” acabou. Atualmente algumas famílias estão produzindo arroz ecológico, somando-se ao bloco regional dos assentados produtores de arroz ecológico. Este bloco já é o maior produtor ecológico de arroz do país.

2 - “Os Catarina”: no território do assentamento Santa Rita de Cássia II entre 2007 e 2009

É preciso contextualizar os fatos que levaram a esta situação dentro do território camponês. No ano de 1999, a rizicultura entrou em crise, devido ao preço baixo na comercialização, chegando ao valor de R\$ 12,88 a saca de 50 kg, não cobrindo os custos de produção. Tanto grandes como os pequenos produtores gaúchos chegaram a um alto grau de endividamento. Esta crise deu oportunidade para que os pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina migrassem para a região de Porto Alegre em busca de terras e água baratas. Vale à pena salientar aqui os motivos pelos quais os agricultores catarinenses não se endividaram que foram: a escala de produção e alguns aspectos da matriz tecnológica que influenciaram na estabilidade econômica dos “Catarinas”.

Os agricultores catarinenses produziam em áreas de no máximo 20/ha, com baixo

custo de produção devido a utilização de máquinas menos potentes (ao contrário do grande produtor gaúcho) e de terem uma alta produtividade, em torno de 150 sacas/ha. Sendo que os produtores gaúchos tiveram no ano de 1999 uma média de 109 sacas/ha.

Outro motivo importante é que o programa “Pró-Várzea” em Santa Catarina foi gerenciado pela EPAGRI, que utilizou o recurso para sistematizar as pequenas áreas de arroz, proporcionando o uso da técnica de plantio pré-germinado³. Esta tecnologia proporcionou maiores rendimentos e custos mais baixos. O mesmo programa foi gerenciado no Rio Grande do Sul pelo IRGA e foi utilizado pelo grande produtor para drenar as várzeas, tirando-as do seu estado ecológico e pondo-as ao serviço do capital, até o momento que estas áreas se exauriram, sendo posteriormente comercializadas, ou redirecionadas para a Reforma Agrária, devido à luta dos camponeses.

Os agricultores catarinenses são financiados por engenhos de produção e comercialização de arroz em Santa Catarina. Assim buscaram outras áreas, a fim de se expandir, e o ponto alvo foi a região de Porto Alegre, por ter arrendamento de terra e água barata além de possuir um ótimo solo para a produção de arroz se valendo ainda das dificuldades econômicas dos agricultores gaúchos.

Os grandes produtores e também os assentados, arrendaram algumas áreas para os catarinenses. Algumas cooperativas da região utilizaram o arrendamento para sistematizar suas áreas, já que os “Catarinas” realizavam toda a infra-estrutura necessária, como sistematização, estradas, canais de irrigação e drenos, com isso os camponeses foram se apropriando de um conjunto de tecnologias que serviram de suporte à implementação das futuras lavouras.

Esta abertura, que pode ter beneficiado alguns grupos de camponeses assentados gerou uma cultura em outros grupos, visto que alguns não se desafiaram a se ocupar e se apropriar da rizicultura e das técnicas trazidas pelos “Catarinas”, arrendando suas terras. Hoje este camponês recebe em torno de 20 sacas/ha pelo arrendamento que gera, a longo prazo, o empobrecimento tanto financeiro quanto cultural do camponês arrendatário que perde autonomia produtiva e vive, majoritariamente, da renda e não da sua relação com o trabalho na terra.

No ano de 2005, novamente a cultura do arroz entrou em crise e o preço pago ao agricultor foi de R\$12 por saca. Esta crise atingiu, também, alguns agricultores “Catarinas”, que possuíam altas dívidas adquiridas com os engenhos de Santa Catarina. Essa situação

³ Técnica de Plantio pré-germinado: consiste em colocar a semente pré-germinada ao solo, antecipando o ciclo da cultura

ocorreu porque toda a estrutura para o plantio já havia sido financiada como a utilização de todo o pacote químico, pagamento do arrendamento, a utilização da água e, em muitos casos, a sistematização das áreas para o cultivo do arroz pré-germinado. Apesar de alguns “Catarinas” desistirem da atividade, sempre chegaram novos dentro da mesma lógica.

O processo de conflitualidade entre os camponeses assentados e os arrendatários ocorreu, no primeiro momento, com a perda na autonomia do território arrendado e no segundo momento com o conflito entre os modos de produção, já que os camponeses assentados, que se valiam da rizicultura, na sua maioria já estavam produzindo no sistema orgânico e utilizando o cultivo pré-germinado. Assim eles conseguiram reduzir custos, produzir um alimento mais saudável e fazer o enfrentamento com a matriz tecnológica. Por sua parte, os arrendatários “Catarinas”, desenvolveram o pré-germinado, dentro da matriz tecnológica agroquímica gerando este conflito.

O assentamento Santa Rita de Cássia II, foi inserido nas atividades e nas linhas de produção da região dos assentamentos de Porto Alegre. Portanto, a produção de arroz orgânico nos assentamentos constitui-se como uma linha política dos assentados organizados no MST, mas isso não significa que foi hegemônica. Mesmo a organização realizando os debates em torno de se considerar a importância de mudar a cadeia produtiva dos camponeses Sem Terra. Os assentados enfrentaram as mais diferentes dificuldades para poder consolidar a produção de arroz orgânico nos assentamentos. Quando se iniciou o estudo em torno do assentamento Santa Rita Cássia II, sobre a conflitualidade entre camponeses e o agronegócio as condições de produção mudaram. Em 2007 das 573 famílias envolvidas na atividade do arroz na região de Porto Alegre 123 famílias que formavam o Grupo do Arroz orgânico, estes ocuparam uma área de aproximadamente 637 hectares, como podemos observar na tabela 03.

O nível de conflitualidade entre a matriz tecnológica defendida pelo grupo do arroz orgânico e a matriz tecnológica agroquímica, desenvolvida pelos demais camponeses se acentuaram dia-a-dia. Porém o que se percebeu foi que a realidade mudou durante os três anos de pesquisa. No plantio 2010/2011 o Grupo Gestor do Arroz orgânico dos assentamentos da Região de Porto Alegre contou com um total de 383 Famílias na produção de arroz orgânico, somando 3800 hectares plantados. A estimativa de colheita foi de 290.000 sacas, onde as famílias assentadas puderam contar com um Processo de comercialização atrelado ao PAA que entregou a través de sua Cooperativa a COOTAP, no ano de 2010, 10.000 mil sacas de arroz orgânico.

Tabela 3 – Região de Porto Alegre - Comparação e participação das famílias - Produção de arroz orgânico nos assentamentos do MST entre 2007 e 2010

Ano	Assentamentos	Famílias	Hectares
2007	5	123	638
2010	12	383	3800

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Organização: José Carlos de Almeida

Foram diversos os fatores de análises das formas de se produzir arroz, entre as questões a se considerar é a falta de linha de créditos para a produção do arroz orgânico. As famílias camponesas, na maioria das vezes desenvolveram suas atividades com recursos próprios, ou retiraram financiamentos inadequados à atividade desenvolvida. Com o crescimento do MST e conseqüentemente com a expansão dos assentamentos teve início o debate sobre a necessidade de se pensar além da conquista da terra, principalmente, a aquisição de crédito para produção. Outra luta tinha início. Porém as linhas de crédito foram geralmente atreladas à uma concepção de modelo de desenvolvimento baseado no modelo agro-exportador que valorizava a produção local já existente.

Com o tempo os Sem Terra perceberam que mesmo conquistando a terra e o crédito, os assentamentos não conseguiram se desenvolver como se previa. Começou-se uma discussão na organização das causas deste fenômeno, percebendo-se então que a agricultura estava organizada de forma que o lucro da produção ficava na mão dos atravessadores e das indústrias através da venda de insumos e defensivos químicos. Assim, as famílias acessaram o crédito, assumiram as dívidas perante o banco e repassaram para os atravessadores e vendedores dos insumos agrícolas a renda da produção.

Este processo de conflitualidade com o capital, por vezes se tornou desigual, já que área de arroz cultivada nos assentamentos representa uma pequena parcela em relação a grande área de produção de arroz convencional cultivada na região. A grande produção envolve um grande complexo industrial, dentro da cadeia do agronegócio, que muitas vezes deixa dependente os agricultores de um programa de desenvolvimento do capital na agricultura e pecuária baseado na produção voltada para o lucro e o mercado. Este fato e a necessidade de se desvencilhar deste ciclo foi determinante para que os assentados iniciassem o processo e o desenvolvimento de técnicas e manejo na produção de arroz do sistema agroecológico.

Os “Catarinas” deixaram o território do assentamento Santa Rita de Cássia II por um elemento fundamental, a participação do Estado brasileiro, representado pelo órgão responsável pela Reforma Agrária, o INCRA no Estado do Rio Grande do Sul. Esse processo aconteceu no ano de 2009, pois, por lei as terras da união, não poderiam ser arrendadas.

2.1 – Origem e perfil dos arrendatários

A origem dos arrendatários no assentamento Santa Rita de Cássia II, se deu a partir de da ação de pessoas que agenciavam o arrendamento da terra, o popular “gato” ganhava um saco de arroz por hectare arrendado, portanto, o arrendatário além de pagar o arrendamento para os assentados, ainda tinha que pagar para uma pessoa, que apenas ajeitava o negócio. Realizamos uma entrevista com um dos arrendatários que do assentamento Santa Rita de Cássia II. A entrevista realizada com Claudionor, arrendatário de terras no assentamento e produtor de arroz seguiu uma linha de perguntas, tendo a permissão por parte do entrevistado para gravar e transcrevê-la no presente trabalho.

a) Por que foi chamado por o nome Catarinas?

“...O nome dado aos arrendatários de terra para plantar arroz no estado do Rio Grande do Sul é de origem do próprio Estado de Santa Catarina, viemos da parte litoral, Serra, dos municípios de Meleiro Turvo e outros...”

b) Qual é a origem do arrendamento para os agricultores de Santa Catarina?

“...Na região Metropolitana de Porto Alegre, a maioria dos grandes produtores de arroz é de origem do Estado de Santa Catarina. Em alguns anos atrás, os produtores gaúchos tiveram grandes dificuldades com a produção do arroz, principalmente por causa dos preços baixos do produto. Os produtores catarinenses, nessa época, já trabalhavam com o sistema do plantio o pré germinado que reduz custos de produção em função de um controle melhor do arroz vermelho, melhor produtividade e melhor qualidade industrial do arroz foi assim que viemos para cá...”

Segundo Claudionor (um dos entrevistados), essa vantagem permitiu aos produtores catarinenses a busca de novas terras para o cultivo de arroz no Sul. Além disso, as áreas pré-destinadas ao cultivo do arroz irrigado em Santa Catarina eram limitadas, em torno de 20 a 40 hectares. A única possibilidade de expandir a produção de arroz foi buscar terras em outros lugares. Na entrevista, o arrendatário valorizou muito os produtores de arroz de Santa Catarina, declarando que os “Catarinas” são muito trabalhadores e fazem coisas que os outros não querem ou não podem fazer, como por exemplo, a sistematização da terra para o cultivo do arroz pré- germinado além do espírito empresarial dos catarinenses que enfrentaram grandes riscos financeiros e de salubridade morando no meio da lavoura sem conforto e sem

nada.

2.2 - Técnica, poder e território.

Na busca por alternativas para produzir, os assentados do Santa Rita de Cássia II, buscaram o conhecimento de outras concepções de agricultura, uma agricultura orgânica, desvinculada dos interesses do capital. Desta maneira, a agricultura orgânica inseriu na modo de produção dos assentados uma serie de técnicas e equipamentos, menos nocivos ao meio ambiente, com base ecológica, à disposição de todos os agricultores, redirecionando a produção para além dos interesses do grande capital. Sem sombra de dúvida, a disputa entre os modelos de produção, do campesinato e do agronegócio, no assentamento esteve vinculada diretamente as técnicas produtivas que determinam o controle territorial. Desta maneira, quem controlou o território determinou o modo de produção.

Podemos afirmar que as técnicas agrícolas são essencialmente camponesas, essas técnicas foram, ao longo dos tempos, transformadas e apropriadas pelo capital. No caso do assentamento Santa Rita de Cássia II as técnicas transformadas pelo capital foram reapropriadas e adaptadas as necessidades dos assentados que optaram pela produção agroecológica. Assim, além das diferentes formas de se produzir arroz, estes modelos em disputa contrapõe alternativas distintas de uso e manejo do solo, do cuidado com o meio ambiente, das práticas produtivas, da utilização da mão-de-obra, do uso das máquinas e de insumos e defensivos agrícolas.

Para Santos (2006) as técnicas constituíram um elemento de explicação da sociedade, e de cada um dos seus lugares geográficos. Porém foi evidente que a técnica por si só não explica nada sem a quantidade de capital circulante, as máquinas e as atividades humanas. Desta maneira as técnicas foram um conjunto de fatores que delimitaram as formas organizativas de um determinado espaço geográfico, considerando espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações.

[...] a explicação das técnicas haveria que levar em conta outros dados, como por exemplo, as formas organizativas do trabalho, seja no espaço, seja no tempo, seja no domínio das relações entre os agentes. Mas a explicação ainda não se encontra aí. Na realidade, as formas organizativas, assim como as formas de mercadoria, ou ainda as de previsão, são hoje dados essenciais da explicação da rentabilidade das firmas, e todas são dados subordinados ao poder da firma, poder que não é apenas econômico, mas também político. (SANTOS, 2006 p. 31)

Os sistemas agrícolas evoluíram em diferentes partes do mundo aumentando a produtividade baseada em tecnologias avançadas. Os usos empregados as técnicas na

agricultura mudaram dependendo do tempo e do espaço em que foram utilizadas. É neste contexto, de transformações dos sistemas e das técnicas, que foi iniciada no assentamento uma discussão sobre o uso de técnicas compatíveis com a produção agroecológica como alternativa capitalista de produção. Nesse contexto, de disputa territorial vinculada ao poder político, econômico e social, tínhamos de um lado as grandes corporações financeiras da produção de arroz, representadas, principalmente, pelos “Catarinas” e do outro lado os camponeses Sem Terra, que iniciaram a produção agroecológica no assentamento. Vale ressaltar que a disputa territorial no assentamento Santa Rita de Cássia II, não determinou que todas as famílias do assentamento - que iniciaram o processo do cultivo de arroz – entendessem o conceito de agroecologia como uma substituição de pacotes, do químico para o orgânico. Em muito dos casos a produção ecológica teve início devido somente a fatores econômicos. Quando fazemos referência a técnica, poder e território estamos relacionando aos diferentes modelos de produção do assentamento Santa Rita de Cássia II. Altieri (2000) contextualiza o surgimento e expansão do modo capitalista de produção

[...] ocorreu a grande crise do capitalismo nos anos de 1870 a 1896, a agricultura passou a ser subordinada a indústria. Ocasionalmente pelo avanço da indústria química e mecânica do século XX, a nova visão de agricultura, submetida pelos grandes grupos capitalista, era produzir somente para o mercado. Esta visão reducionista de se lidar com os recursos naturais, foi chamada na época de “revolução verde”. Este período foi marcado pela geração de conhecimentos tecnológicos destinados a agropecuária no mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia (p. 53).

No início da década de 1950, esta concepção foi introduzida no Brasil com o único objetivo de aumentar a produção. Em pouco tempo, o espaço agrário brasileiro foi modificado em detrimento das formas artesanais de produção a favor de outras tecnologias ditas avançadas. Este estilo de agricultura intensificou o êxodo rural e a concentração fundiária, além de ocasionar graves problemas na saúde dos agricultores, contaminação dos alimentos e do meio ambiente pelo uso crescente dos agrotóxicos.

O surgimento da agroecologia no Brasil se deu a partir da ação de movimentos ambientalistas na década de 1980 se tornando objeto de análise, principalmente a partir dos estudos dos pesquisadores Altieri e Gliessma que definem a agroecologia como uma das formas de desenvolvimento capaz de criar um novo conceito de agricultura sustentável, já que os estudos agroecológicos davam conta de algo que a agricultura capitalista não valorizava como, a integração dos diferentes campos do conhecimento agrônomo, ecológico e social e econômico. Neste momento, ocorre uma compreensão e avaliação do efeito das tecnologias

sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2000).

Neste sentido, a agroecologia carrega em seu interior, além da preocupação com o equilíbrio dos agros-ecossistemas, a responsabilidade de ser uma das alternativas de desenvolvimento do campo. Desta maneira, o MST que faz a luta pela terra, em seu interior também realizou a luta para consolidar a produção agroecológica em seus assentamentos.

Portanto, para os assentados do Santa Rita de Cássia II, a agroecologia esteve vinculada as propostas de desenvolvimento da produção e da circulação de seus produtos que contrapõem o modelo de produção do agronegócio. Caporal e Costabeber defendem que a produção agroecológica é mais do que um “modelo de agricultura que adota determinadas práticas ou tecnologias agrícolas” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000 p.69) a agroecologia é o contraponto do capitalismo agrário, uma alternativa ao desmatamento e a exploração desenfreada dos recursos naturais. A produção agroecológica além de ser um modo de produção é um modo de vida alternativa em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentados trabalharam com uma idéia de transição para o processo agroecológico que ocorreu através do tempo, respeitando sempre os processos sociais e culturais do território conquistado. Para Santos (2006) as condições existentes em cada lugar dependem do espaço e do tempo para serem implantadas

As condições preexistentes em cada lugar, os recursos, materiais ou não, e de organização - essas rugosidades - constituem as coordenadas que orientam as novas ações. Se consideramos o espaço tal como existe em dado momento, como uma realidade objetiva, e o tempo como as ações que nele se vão inserir, então é o tempo que depende do espaço e não o contrário (p. 133)

Portanto o espaço de produção de arroz orgânico no Assentamento Santa Rita de Cássia II foi único, espacializando idéias, pessoas e as formas de se produzir. Outro elemento importante para a compreensão da importância das técnicas veio da explicação de Santos (2006)

Um mundo que resista à atual noção de competitividade permitiria certamente, um outro tipo de relações entre as empresas, entre as pessoas, entre os lugares. Não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. Não é a técnica que exige aos países, às empresas, aos lugares ser competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais (p.147).

O uso da técnica é milenar e sua transformação pelo tempo modificou a natureza e seu uso determinou sua função na sociedade através da política. Esta compreensão é fundamental para entendermos qualquer processo de apropriação ou adoção de tecnologias, sejam elas alternativas ou não. Antes eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o

império da técnica, objeto de modificações, supressões e acréscimos cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial incluiu o mundo rural. Desta maneira o campo e o meio rural foram também marcados pela utilização de técnicas vinculadas a indústria. Os assentados produtores de arroz orgânico utilizaram técnicas que respeitaram o ambiente, preocupados com a qualidade do alimento produzido para toda a sociedade, negando, de certa forma, a pressão exercida pelo modo capitalista de produção.

Portanto, a utilização das técnicas na agricultura aprofundou a disputa desigual entre o camponês e o capital, que tentou de todas as formas possíveis incluir o campesinato como consumidor das técnicas produzidas pelo mercado capitalista. Bem como Santos (2006) explica

Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Juntos, as novas técnicas e o novo capital, deixam de ser, como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e se espalham por todo corpo social, tornando-se os verdadeiros regedores do tempo social (p.207).

Desta maneira, o poder foi exercido no local, no território onde esteve em disputa, ou onde se estabeleceu uma conflitualidade, porém esse mesmo criou novas ações e novos modelos. Assim, as cidades foram depósitos de empresas que fabricaram novos elementos de trabalhos agrícolas e pólos de regulação, bem como o Estado, estabelecendo suas normas divididas em duas funções: de um lado o capital tecnológico e de outro o capital financeiro. Essa funcionalidade do capital subordinou a agricultura e os agricultores.

O campo modernizado foi transformado. Onde predominava a diversidade agora predomina a monocultura, onde tínhamos trabalhadores agora temos máquinas, onde se buscava saúde agora predomina o veneno, dentre muitas outras transformações. Essas mudanças foram totalmente ancoradas ou dependentes das técnicas e das informações, produzidas pelo capital, pautadas sempre na rentabilidade e no aumento da produção. Desta forma, o poder que os camponeses sem terra exerceram no local produzindo arroz orgânico, não dependendo da grande indústria financeira para poder realizar a sua produção foi o que diferenciou do sistema capitalista e das corporações do capital.

O assentamento não está isolado do processo global. Portanto, se fez necessário a compreensão do poder político local e também do global. O que determina as relações estabelecidas no local é sua relação com o mundo e sua ação direta no cotidiano das pessoas

interagindo com o meio e permitindo a criação de novas aspirações de vida. Desta maneira compreendemos que esse novo território promoveu a conexão entre os seres humanos, as inter-relações e evidentemente os conflitos. Os camponeses ao realizarem uma experiência no local foram portadores de informações que com o passar do tempo, dependendo das intencionalidades, produziram seu território constituindo sua nova territorialidade.

O grupo gestor do arroz se formou a partir da união de famílias dos vários assentamentos da região de Porto Alegre que se reuniram para compartilhar experiências e aperfeiçoar as suas visões enquanto coletivo avançando assim na produção de arroz orgânico. Criando novos espaços de produção e de idéias que fortaleceram o território dos assentamentos. Santos (2006) entende que

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo (p.222).

A luta pela terra foi uma luta pelo poder, foi à resistência de camponeses ao modelo dominante das grandes corporações financeiras, foi à resistência em não querer enfrentar a cidade grande. Muitos dos que lutaram tem origem na cultura herdada que esteve vinculada com o processo de produção de alimentos, portanto muitos dos que lutaram resistiram a alienação. Se por um lado cultura foi de suma importância para os camponeses manterem seu poder no local, a produção orgânica de arroz no assentamento foi encarada como um estilo de vida e resgate de valores. Todavia, corremos um grande risco de sermos apropriados pelo capital se nos pautássemos somente pela economia contribuindo com a reprodução do sistema capitalista. Na verdade foi fundamental, aprender a observar com outros olhos os sistemas naturais, gerando um conhecimento não discriminatório, numa compreensão intuitiva dos mecanismos da natureza.

2.3 - Território e renda da terra e da água

O assentamento Santa Rita de Cássia II, como destacamos, é muito bem localizado próximo dos meios de circulação. O solo contém grande fertilidade natural, o que determina que o território seja uma arena de disputa pelas forças produtivas pela renda de terra, Oliveira (1985) defende que “sob o modo capitalista de produção é o preço do pior solo, que determina e regula o preço de mercado” (p. 94). O que determina que os melhores solos, sejam mais desejados e disputados – já que o parâmetro, no mercado, é o preço do solo com

menos qualidade - daí um dos fatores da disputa territorial entre os modelos de produção de arroz orgânico, representado pelos assentados, e a produção do arroz convencional, representado pelo agronegócio na figura dos “Catarinas”.

A categoria da renda da terra é fundamental para a compreensão da realidade agrária e até mesmo urbana. Para Oliveira (1985) “a renda da terra é a fração suplementar permanente do lucro do capitalismo que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições” (p. 93), desta maneira é importante analisar a renda da terra a partir da disputa territorial entre o campesinato, que tem como base o trabalho familiar, e o agronegócio, baseado no trabalho assalariado. Oliveira (1985) destaca ainda que a renda da terra “Só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir” (pág. 93), essa imposição determinou a disputa territorial entre o modelo de produção camponesa e modelo de produção capitalista pelo controle dos melhores solos e conseqüentemente pela renda capitalista da terra no assentamento Santa Rita de Cássia II.

Para que a relação capitalista de produção ocorra na agricultura, foi necessário que o capitalista comprasse ou arrendasse a terra, que foi o principal meio de produção no campo. Foi preciso também que dominasse os demais meios de produção, como as máquinas, as ferramentas, os insumos e etc. (OLIVEIRA, 2007). Se por um lado os “Catarinas” correram grandes riscos financeiros, ao arrendarem a terra, devido ao alto investimento na produção, por outro conseguiram, além da fertilidade natural do solo e da localização da área onde foi implantado o assentamento, uma vantagem em relação as técnicas e os investimentos de capitais aplicados potencializando os rendimentos.

É importante distinguir as diferentes relações estabelecidas entre os modelos de produção capitalista e camponês, já que no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada num movimento de compra e venda que visa produzir, comercializar e investir novamente na produção alimentando o ciclo social e econômico camponês. A experiência realizada em 2007 – início do plantio de arroz orgânico -, por 1 grupo de produção do assentamento, demonstrou como essa lógica é realizada pelos camponeses. Na safra de 2009/2010 o grupo de produção, que vinha aumentando, chegando a 117 famílias assentadas divididas em 3 grupos produzindo uma área de 50 hectares de arroz orgânico. Na safra de 2010/ 2011 já são mais de 10 grupos pequenos produzindo em mais de 300 hectares.

Este foi o contexto do surgimento dos grupos de produção, e afirmação da produção de arroz orgânico, que surgiram da necessidade de cooperação entre as famílias em

contraponto as formas de produção capitalistas, permitindo que os assentados retomassem o controle da área baixa, da produção de arroz e do território conquistado. Já na produção capitalista, “ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada” (OLIVEIRA, 2007 p. 69). De acordo com Oliveira (1985) “São duas as causas da renda diferencial I: a diferença da fertilidade natural dos solos e a localização das terras. Esta forma de renda, portanto, independe do capital aplicado na produção específica” (p. 94).

O arrendamento de terras ocorreu no assentamento em função da localização e fertilidade do solo declarado pelos próprios “Catarinas”⁴ estes fatos determinaram a disputa pelo território. Se tratando de renda da terra diferencial I pode-se entender de que só os capitalistas que estiveram produzindo nos melhores solos obtiveram renda da terra, mas de acordo com Oliveira (1985) “Cabe esclarecer, de que em função deste fator, tendem os capitalistas a aplicarem capitais para melhorar as baixas fertilidades dos piores solos, para assim mudarem a situação com relação à esta forma de renda diferencial, passando a ocorrer assim a renda diferencial II” (p. 94). A renda diferencial I, no assentamento, é relativa a fertilidade natural dos solos. Desta maneira os “Catarinas” que com o arrendamento da terra produziram nos melhores solos tem aumentaram substancialmente a renda da terra diferencial I, fazendo com que os camponeses assentados, enfrentassem de forma permanente o agronegócio no uso do seu território, pois a disputa territorial, pelo controle dos melhores solos para produzir arroz tende a continuar destacando a importância de analisarmos a renda da terra.

Os capitalistas apostaram que com o uso de adubos e defensivos agrícolas, financiados ou não, aumentariam a sua produção. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas eminentemente capitalista, pois se trata da interferência direta do capital no processo produtivo. Essa interferência não é restrita somente a produção, mas a todo o ciclo produtivo, sobretudo no que tange ao transporte, Oliveira entende que (1985) “Quanto mais curtas as distâncias a percorrer, mais caro o custo de transporte, mais caro o custo de transporte em termos unitários” (p. 98). Este fato explica a constante evolução dos meios nos sistemas de transporte. O encurtamento das distancias influencia diretamente nos preços das *commodities*, e por consequência na formação da renda, mas ao mesmo tempo mantêm um caráter temporário desta renda, pois os mecanismos de transporte mudam muito rapidamente. O tempo se fez importante na realização da produção, pois o desenvolvimento dos meios de

⁴ A terra de acordo com os “Catarinas” é muito boa para o plantio do arroz, produzindo cerca de 160 sacas a mais por há, mesmo com os altos investimentos realizados em Santa Catarina.

transporte aumentou a velocidade da circulação dos produtos, ou seja, por consequência reduziu o espaço, o tempo geográfico.

Temos outro elemento que pode atuar em sentido oposto, o melhor solo pode ter uma localização difícil, este fato pode anular uma causa pela outra ou até mesmo rebaixar o diferencial I. Da mesma maneira que na combinação das duas causas fertilidade natural dos solos e a localização, quando combinadas podem levar à anulação da renda, pois essa renda é conjuntural dependendo de uma série de fatores. Oliveira (1985) destaca que

Para finalizarmos, poderíamos afirmar que o efeito da fertilidade natural é muito maior que a da localização na formação desse tipo de renda, pois, enquanto o primeiro é uma força natural monopolizada, o segundo pode, e é, com o desenvolvimento da tecnologia, profundamente alterada. É em função dessa realidade que os capitalistas passam a investir no aumento da fertilidade do solo, colocando corretivos, fertilizantes, etc., ou seja investem mais capital por unidade de área, e a renda que aparece decorrente destes investimentos é a renda diferencial II, outro tipo de renda diferencial portanto (p. 101)

Outra forma de se alcançar a renda diferencial II é investir na melhoria das condições genéticas das sementes empregadas na produção.

O processo de produção orgânico desenvolvido pelos assentados marcou o início da ruptura com o sistema capitalista. Esta nova forma produtiva tirou do capital a possibilidade de investimento na produção dos assentados como, por exemplo, na utilização dos insumos químicos que faziam parte do processo produtivo do arroz convencional. Apesar disto os assentados, ainda, não possuem autonomia plena, pois dependem de diversos fatores como, por exemplo, o preço de mercado para comercializarem a sua produção.

Observamos que, durante o arrendamento e as parcerias, os assentados conseguiram além da renda da terra – parte do que era produzido -, dinheiro referente ao emprego do trabalho assalariado para os “Catarinas”. Oliveira (1984) explica que os arrendatários “capitalistas que não possuíram terras” (p.95) empregavam os proprietários na produção do seu próprio território. Esta foi relação que os arrendatários de terra vindos de Santa Catarina realizaram no assentamento, pois além do controle do território os “Catarinas” pagaram mão-de-obra realizando a produção a partir do assalariamento dos assentados.

Outro elemento fundamental para compreendermos este processo é a questão da água. A água é um mecanismo fundamental para na produção de arroz. Para se produzir arroz é fundamental preparar bem a terra, ter sol e água em abundância. As condições naturais do ambiente e do solo, que gera a renda diferencial I, perpassam também pela qualidade e a quantidade de água disponível para a produção. Para a melhor compreensão de como se

utilizou o recurso hídrico é importante fazer um análise das formas de se irrigar a produção de arroz, ou seja, as maneiras de utilização da água. A renda da água não se distancia muito do que significa a renda da terra que “só se viabiliza se o processo produtivo for maior ou igual ao custo da alocação da água, considerando, tanto quanto para o valor, quanto para o custo, também nos aspectos econômicos, sociais e ambientais” (KELMAN, 2009 p?).

O preço da água esta incorporado, nos custos totais da produção, e desta maneira cabe observar o fato do custo da água no processo de irrigação na agricultura. Kelman (2009) destaca dois itens relativos a renda da água, são eles:

1. Custo do capital: representa o valor dos investimentos em infra-estrutura hídrica necessários para levar a água até a área irrigada (construção de canais, barragens, instalação de bombas, etc.)
2. Custo de O & M: representa os recursos despendidos para operação e manutenção da infra-estrutura(energia elétrica, pessoal, separação de equipamentos entre outros) (p. 32)

Na produção de arroz orgânico no assentamento Santa Rita de Cássia II, os assentados tiveram um custo de investimento na irrigação, para poder disponibilizar água até o lote, onde se encontra a produção. O custo da irrigação esta relacionado com o transporte da água do manancial (ou Rio) até chegar ao ponto de irrigação, sem que se perda muita água no caminho e que se possa gastar o mínimo possível em energia elétrica, menor tempo que a bomba ficará ligada. Otimizar os procedimentos de irrigação diminui os custos com energia que automaticamente diminuem os custos de produção. No assentamento o gasto com a água foi acrescido no valor da produção já que o processo de irrigação não foi custeado pelo Estado, passando ônus desse investimento na lavoura para os próprios assentados produtores.

A produção de arroz orgânico nos assentamentos de Porto Alegre é mais rentável do que a produção do arroz convencional bem como: apresentamos alguns dados referentes a produção de arroz orgânico e convencional.

Tabela 4 – Assentamento Santa Rita de Cássia II - Produção de arroz orgânico e convencional

	Arroz convencional	Arroz orgânico
Custo total preparação (há)	R\$ 4.546,00	R\$ 2.573,00
Gasto com irrigação e energia (há)	R\$ 401,00	R\$ 127,00
Produção média de arroz por (há)	137,55 sacas	85 sacas

Fonte: VIGNOLO, 2008; IRGA, 2009. organização; José Carlos de Almeida

Se considerarmos que os custos da produção de arroz orgânico, foram bem menores do que o convencional, da mesma maneira que a produtividade também foi menor, podemos afirmar que os mecanismos utilizados pelos camponeses sem terra para realizar a sua produção foram economicamente viáveis, pois obtiveram uma renda expressiva por ha de arroz plantado. O uso da água, na produção de arroz orgânico se faz necessário, se considerarmos que o solo deve ser bem drenado, quando se prepara a terra, a água cumpre com a função controlar as plantas indesejadas e insetos. No sistema de produção orgânico de arroz a água é o principal elemento, pois o tempo de uso da água vai deste o processo de preparação do solo, até o ponto em que os grãos de arroz estejam pastosos, quase pronto para ser colhido.

2.4 - Territorialidade e conflitualidade do camponês e do agronegócio (tipo de uso do território)

Aqui se partiu da idéia desenvolvida por Fernandes 2008 de que conceito de território foi usado pelas transnacionais do capital e pelo Estado como instrumento de controle das comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento do agronegócio.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p. 281).

Podemos afirmar que o território camponês é distinto do território do agronegócio. No caso do assentamento Santa Rita de Cássia II a diferença principal está na produção e, conseqüentemente, nas diferentes relações com o território. O conceito de assentamento defendido pelo MST perpassa a noção de unidade de produção, apontando outras relações fundamentais na constituição do território do assentamento e na territorialidade das famílias assentadas. Esta idéia esta presente na definição do conceito de assentamento do movimento

[...] precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural (Caderno de Cooperação Agrícola, 1998).

Quando analisamos as diferentes maneiras de compreendermos as características, os

conceitos e as peculiaridades de um assentamento. É importante entendermos o que vêm a ser o assentamento. Para Beledelli e Medeiros (2005) o assentamento deve ir além da luta pela terra

Também podemos observar de que o assentamento em um contexto mais universal significa ajustar, colocar no seu devido lugar o que está fora. Se compreender ou olharmos por uma dimensão mais política seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia e é neste sentido que os governos iniciaram o uso desta palavra. Mas para o conjunto do MST significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, àquela onde já se pode produzir e morar constituindo um novo espaço social (p. 3).

O assentamento é fruto da luta dos Trabalhadores Sem Terra que lutam pela reforma agrária. Esse novo território sofre profundas transformações no espaço local onde as relações sociais, políticas, culturais e econômicas se reproduzem em constante movimento. Para Fernandes (1996)

[...] o movimento constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. É um espaço, onde novas atividades sócias e políticas são criadas e contribuem para a formação da identidade coletiva do movimento(p. 243)

Os assentados quando conquistaram seu território, mantiveram como principal desafio readaptar-se ao novo espaço de vida. Desta maneira, os avanços e as construções foram feitas de forma coletivas. Foram varias as maneiras de se reafirmar como camponês em um novo território, como, por exemplo, a cooperação entre as famílias assentadas, o planejamento coletivo, a produção individual e a coletiva. A solidariedade dos assentamentos mais antigos com os mais recentes no municipio de Nova Santa Rita, teve grande importância, principalmente , na produção de arroz considerando que a grande maioria dos assentados (as) do Assentamento Santa Rita de Cássia II, não possuíam o domínio da técnica no cultivo da de arroz irrigado. Os desafios, as aprendizagens para com a nova realidade foram imensos, é neste contexto que o agronegócio passou a disputar o território camponês, estabelecendo a conflitualidade nos diferentes modelos de produção exercidas pelos mesmos.

Esta disputa, quase sempre desigual, desterritorializa o camponês dos lugares onde mantinham historicamente suas atividades tradicionais. Por isso, um dos principais desafios, que enfrentam em um novo território é a readaptação ao espaço local, ao território conquistado, só que na condição de assentado, entendemos que “A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território”, (FERNANDES, 2006 p. 236).

O mapa apresenta a forma de divisão dos lotes das famílias beneficiadas pela implantação do assentamento. Ao analisarmos o mapa, percebeu-se que a implantação do assentamento criou outra paisagem, ou seja, diferente do agronegócio. As famílias se territorializaram construindo novos espaços de produção com relações que determinaram uma paisagem heterogênea em contraponto a homogeneidade do capital. Portanto o conflito entre camponês e o agronegócio, se deu a partir de diferentes modelos de desenvolvimento no território do assentamento. Todavia, a divisão dos lotes em parcelas individuais, dificulta um pouco as atividades de cooperação entre os assentados. As transformações da paisagem não é restrita apenas a divisão dos lotes, pois a conflitualidade, entre os camponeses assentados e os “Catarinas”, teve reflexos diretos nas formas de utilização do solo, do uso de defensivos e dos mecanismos de trabalho utilizados na realização da produção e no uso da água, alterando também a paisagem. Para Fernandes (2008) esta conflitualidade, que transforma a paisagem, se deve ao fato de que as classes com intencionalidades distintas não se realizam uma sobre as outras

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. (p. 187)

A partir dessas explicações compreendemos que se faz necessário uma distinção de uso do território entre os camponeses e o agronegócio, mas não antes sem compreender melhor o conceito território. Para o conceito de território, não temos apenas uma definição. Pode haver no máximo algumas percepções parecidas sobre o que se pode definir ou não como território que depende do olhar do indivíduo. Partindo dessa concepção, se definiu o território como uma pequena porção do espaço que esta em poder de alguém ou de um grupo social, e que foi conquistado através de uma disputa, ou melhor, de uma territorialização.

Outro ponto fundamental é compreendermos o significado da territorialidade que esta relacionada a flexibilidade do indivíduo, independente do espaço material. Dessa forma a territorialidade apesar de estar atrelada ao conceito de território, exerce uma relação de poder oculta que pode ser ampliada ou retroceder num espaço de tempo bem mais curto, do que as relações de poder exercidas no território. Portanto, a conflitualidade também se realiza nas práticas de manejo da produção, na utilização das técnicas, na cultura e no modo de vida e nas

formas de organização social e comunitária. Por isso as práticas da agricultura orgânica estão diretamente vinculadas as formas e ao estilo de vida dos camponeses assentados, conforme descreve Gliessman (2000)

[...] as práticas usuais da agricultura orgânica coincidem, de modo geral, com as da agroecologia. São elas: A conservação do solo, através de utilização de adubos orgânicos e de leguminosas ou gramíneas forrageiras (chamadas “ adubos verdes”) além de reciclagem de alimentos com aproveitamentos de restos culturais e resíduos de produção animal e de técnicas como a compostagem. Outras práticas são empregadas entre pecuária e agricultura dentro da propriedade, a rotação de cultura e a conservação da biodiversidade local, através da preservação de fragmentos florestais e dos ecossistemas existentes (p. 43).

Todavia, no assentamento o próprio campesinato não é homogêneo, único e enrijecido em suas praticas. Os assentados possuem identidades diversas que se construíram a partir da luta social dos trabalhadores, na luta pela terra e na disputa territorial com o agronegócio. A disputa territorial no assentamento entre os “Catarinas” e os assentados não foi restrita somente aos aspectos econômicos, mas também aos aspectos culturais, éticos e na divisão interna do trabalho. O campesinato deve ser discutido “como forma de vida e trabalho [...] que consegue resistir à fúria indominante empreendedora do capital, que tenta de todas as formas excluir o campesinato como produtor de mercadorias” (FERNANDES, 2008 p. 16).

O controle territorial perpassa também pela posse da terra. No caso do Assentamento Santa Rita de Cássia II, os assentados exercem um controle do território, pela organização política e pela disposição das famílias que buscam aperfeiçoar a produção e os meios de se produzir arroz orgânico. Por mais que as multinacionais do agronegócio, queiram envolver o camponês como agricultor vinculado a indústria, ou mesmo assalariado rural, o camponês resiste centrado na sua força de trabalho, pois “nenhum modelo pode substituir o que deveria ser a verdadeira formação da classe em determinado momento histórico” (THOMAZ JÚNIOR, 2008 p. 293). Portanto, um dos elementos fundamentais, para se manter camponês, é a recusa a proletarização e incentivo as formas cooperadas de produção, como no caso da produção de arroz orgânico no assentamento Santa Rita de Cássia II.

3 - Disputa territorial no Assentamento Santa Rita, em Nova Santa Rita – RS: retomada do território material e a disputa do território imaterial.

Nesta parte baseamos a análise a partir da idéia desenvolvida por Fernandes (2008) de que o desafio é compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial foram organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Assim, as diversas classes e relações sociais produziram diferentes espaços e territórios. Por essa compreensão foi que se entendeu a importância do uso de uma tipologia de territórios. Relações e classes sociais produziram diferentes territórios e espaços que as reproduziram em permanente conflitualidade. O território ganhou status em diversas áreas do conhecimento, que vai desde a implantação de um assentamento a construção de moradias nas cidades e no campo. Desta maneira as políticas públicas pensadas pelo estado, para as diferentes classes sociais, implantadas no território, em sua grande maioria não foram pacíficas. Portanto as disputas no território estiveram no plano material e imaterial.

A disputa territorial no assentamento Santa Rita de Cássia II, se acentuou nas relações concretas dos agentes no local na produção de arroz orgânico, mas também nas maneiras e formas de vidas das famílias, nas condições de se produzir, nas relações sociais e na cultura da comunidade. Desta forma, as disputas territoriais estão, também, no plano das idéias, seja no território do assentamento ou em outro espaço.

Para Santos (2002) o território é resultado das configurações econômicas, políticas e sociais. Da mesma forma o autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica. Desta maneira, Santos (1996) alerta os leitores para não confundirem o espaço com o território. Na sua obra “*metamorfoses do espaço habitado*”, o autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o autor

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes (SANTOS, 1996 p. 77).

Estes espaços diferentes, ou as mudanças nas espacialidades, são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme o movimento da sociedade - nos seus múltiplos

aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. Desta maneira, as técnicas vigentes no território, ou a intensidade das técnicas trabalhadas, influenciam no planejamento da produção e no resultado da mesma. Ou seja, o território pode ser configurando também pela intencionalidade humana como, por exemplo, pelos planos e desejos de evidenciar a produção orgânica ou pelo simples fato do agronegócio representar um fator ideológico na sociedade, presente também nos assentamentos.

O trabalho é uma das formas de se multiplicar o território, dando novos sentidos as formas de produção como na conquista de um assentamento do MST, ou no assentamento Santa Rita de Cássia II onde criamos uma nova configuração territorial. O que percebemos através dos autores estudados e nas entrevistas realizadas - com assentados e também com arrendatários - é que o território é tido como mecanismo de poder, de controle e de dominação. E desta maneira ficou evidenciado, de como que as relações de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II, esta diretamente ligada ao controle do território e, conseqüentemente, as relações de poder que se estabeleceram pelos agentes no território.

Desta maneira, entendemos que o “ território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominante e dominados” (FERNANDES, 2008 p.5). Portanto, as intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando disputas e conflitualidades distintas, nas interpretações e realizações dos fatos, ou seja, a intenção de realizar determinada atividade, também pode ser uma posição política.

Desta maneira Santos (1996) trabalhou com os territórios fixos fluxos discutindo os elementos do espaço e o território. Que de acordo com Fernandes (2008) “Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais” (http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf - pág.9).

A relação e a conflitualidade das classes sociais produz diversos territórios, colocando o assentamento em um patamar de lutas de classes permanente. Ou seja, coloca a luta de classes em um mesmo ambiente, onde se ocupam as mesmas posições em relação aos meios de produção. Portanto, mesmo que os “Catarinas” estejam fora do assentamento, as suas formas, de produzir e se comportar, estará presente nas idéias que já foram difundidas. No entanto, é no território que temos as condições de decidir sobre a produção.

O assentamento é constituído de sujeitos que na luta de classes produzem seus próprios territórios, de acordo com determinado contexto, portanto a viabilidade da produção

de arroz orgânico não depende apenas dos assentados, mas também das políticas de comercialização e financiamento do Estado, que são criadas e modificadas dependendo do momento e das formas da organização política de reivindicações. A disputa territorial, esta presente nos sujeitos, nos grupos sociais, nas classes sociais e na identidade da comunidade, este é um dos sentidos pelo qual os assentados lutam para viabilizar a produção orgânica, pois ao mesmo tempo viabilizam sua própria existência enquanto classe, com autonomia de decidir os rumos de sua produção e de sua vida enquanto camponês. Fernandes (2008) destaca que

A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais. (http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORI_OS.pdf -pág. 15)

O território imaterial esta presente principalmente nas políticas publicas, que em sua grande maioria são utilizadas para viabilizar o agronegócio em detrimento do campesinato, mas também se fazem presente nas relações concretas do assentamento Santa Rita de Cássia II. O território material esta sobre o controle dos assentados que estão produzindo arroz orgânico na terra conquistada. Todavia, as disputas no território imaterial estão presentes nas relações concretas da vida da comunidade, o que implica pensar que o planejamento executado no território é resultado, também, da luta pelo controle do mesmo.

3.1 Organização da produção na disputa territorial entre assentados e arrendatários

O processo de conflitualidade foi dado pelos camponeses assentados com os arrendatários. No primeiro momento com a perda do território e no segundo com a disputa entre o modo de se produzir o arroz. De um lado tínhamos os “Catarinas” baseados na utilização de “venenos” do pré-germinado e do outro os assentados que buscaram produzir baseados no sistema orgânico, reduzindo custos e produzindo um alimento mais saudável. Outro fator a se considerar foi a falta de linha de créditos para a produção do arroz orgânico. Os camponeses na maioria das vezes desenvolveram suas atividades com recursos próprios, ou retiraram financiamentos inadequados à atividade desenvolvida. Este problema não foi enfrentado pelos arrendatários, pois foram financiados pelos engenhos de Santa Catarina.

Nas entrevistas com os assentados do Assentamento Santa Rita de Cássia II sobre o

arrendamento, os camponeses, na sua maioria, indicaram que antes de serem assentados, nunca plantaram arroz orgânico. Os problemas principais que os assentados (as) tiveram foram da ordem financeira e pela falta de conhecimento da cultura do arroz orgânico. Além disso, muitos assentados (as) foram forçados a trabalhar numa forma de parceria que não deu certo por diversas razões, como, por exemplo, o preço médio pago de 20 sacos/ha do arrendamento foi muito alto, fazendo com que os agricultores assentados arrendassem sua própria terra. Por outra parte é importante destacar o papel do MST na mudança da geografia produtiva e do trabalho, a partir da ação concreta no território conquistado, que mudou as formas organizacionais transformada pela ação concreta dos agentes sociais, bem como Santos (1996) nos explica

É através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que poderemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. Não há, todavia, por que desesperar, já que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Se estas podem permanecer as mesmas na sua feição rígida, ao longo do tempo alteram-se seu conteúdo, sua função, sua significação, sua obediência perante a ação. As determinações mudam, mudando os objetos. As ações re-vivificam as coisas e as transformam (p. 54).

As mudanças foram acontecendo de forma contínua no território, tanto para realizar e viabilizar as famílias quanto para viabilizar o agronegócio. Essas mudanças se deram num contexto político e econômico de relativa autonomia em relação ao território conquistado. O desenvolvimento e a organização da produção estiveram vinculados na busca permanente, da participação das famílias nas instâncias de debate e de decisão, esta foi uma das características da região e dos assentados vinculados ao MST. Outro fator de destaque da região foi a participação intensa e organizada através dos grupos gestores produtivos e sociais, especialmente, do arroz ecológico, leite e hortas, além da saúde.

Durante o tempo de pesquisa e de convívio junto a comunidade do assentamento, percebemos que um dos grandes desafios do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, foi como incorporar novos assentados (as) no processo de produção orgânico, principalmente os que realizavam parceria ou que arrendavam suas terras. O processo de incorporação de novos assentados, na produção de arroz orgânico, passou pelo convencimento de mostrar a destruição ambiental e cultural gerada pelo arrendamento e a viabilidade econômica, ambiental e social da utilização de novas técnicas de manejo e de produção. Esses processos, também trouxeram novos aportes de resgate da cultura camponesa e da luta de classes.

Entendemos que o governo brasileiro através do INCRA, representa uma força política e econômica para os assentados. No entanto, consideramos importante debater se esse órgão têm linhas de financiamento adequadas a produção em pequena escala? Incentiva a cooperação através de financiamentos? Garante a compra de produtos orgânicos dos assentados?

Outro elemento importante para a superação do arrendamento no assentamento foi o grupo de assistência técnica Cooptec do Núcleo Operacional de Nova Santa Rita e seu entendimento de que a reforma agrária deve ser valorizada como conquista dos camponeses

A reforma agrária é compreendida enquanto uma conquista dos trabalhadores rurais sem terra, que de forma organizada buscam o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos, buscando vida digna às suas famílias e a outras famílias que ainda lutam por terra (Cooptec, 2008).

A Cooptec trabalha com uma concepção de assentamento como território que visa estimular permanentemente a produção, preferencialmente agroecológica, em vistas de gerar renda e garantir a sustentabilidade do ambiente. Compreende também que os assentamentos se constituem como um espaço de resistência e luta o que requer organização social de base e formação política para com a Reforma Agrária.

3.2 – Desafios para a superação da dependência dos assentados em relação aos arrendatários.

A superação do arrendamento passou por um processo de formação, de como se produzir arroz germinado na base orgânica, considerando que mais de 50% dos entrevistados (as) responderam que não conheciam como se produzia arroz germinado, e também não demonstravam, ou responderam que não tinham interesse em cultivar e plantar arroz. Outro elemento importante na superação do arrendamento, por parte dos assentados, foi a compreensão do que representa a agricultura convencional e a agricultura orgânica⁵.

Na disputa pelo controle do território a superação do arrendamento se fez com muita dedicação, trabalho e aprendizagem de novas culturas e se buscou conhecer melhor as técnicas de produção. A partir da compreensão da realidade compreendeu-se que um dos elementos centrais para superação do arrendamento seria a mão-de-obra, ou o trabalho das famílias assentadas, que foi à condição fundamental para produção do arroz orgânico.

5

Neste sentido os trabalhos de Primavesi (1997) e Altieri (2002), contribuíram com este debate.

Sendo assim, a utilização das técnicas no uso e manejo do solo, na utilização da água, na sistematização da área plantada e no preparo do solo são elementos que os assentados necessitavam ter domínio melhorando as técnicas de produção, obtendo autonomia em relação a produção de arroz orgânico.

A superação do arrendamento se deu pelo desenvolvimento da cooperação, entre as famílias assentadas, no planejamento, na produção, na compra de máquinas, no manejo da água, no plantio e cuidado da semente, na participação das atividades desenvolvidas pelo grupo gestor do arroz orgânico e principalmente a criação ou recriação de novas técnicas e diferentes formas de se relacionar com a terra e com o ambiente local e, por conseqüência, o global.

3.3 Sobre a proposta do MST

O proposto pelo MST e a COCEARGS, na promoção da produção do arroz orgânico, dentro dos assentamentos, buscou novas soluções para a agricultura camponesa nas áreas de várzea, promovendo atividades produtivas sustentáveis, e assim buscou-se reduzir os custos de produção em relação aos custos dos insumos da indústria química melhorando a condição famílias assentadas. A promoção da produção do arroz orgânico foi também um enfrentamento político contra a dependência das empresas produtoras dos insumos agrícolas, criando estabelecendo novas relações produtivas como uma forma de relacionamento com o meio ambiente e preservação dos recursos naturais. A produção de arroz orgânico esta construindo a autonomia das famílias assentadas e melhorando as condições de trabalho reduzindo o consumo dos agrotóxicos, através de melhoramentos e implementação de novas técnicas.

Essa proposta fez com que as famílias assentadas mudassem suas atitudes em relação ao ambiente, criando novas formas de se relacionar entre si e com a natureza, preservando e melhorando os resultados econômicos criando com isso independência e autonomia em relação às empresas envolvidas no agronegócio. Outro elemento fundamental é a produção de alimentos saudáveis com a integração da produção de arroz com a horta. Com isso conseguimos trabalhar e cuidar da natureza e ao mesmo tempo preservarmos a saúde das famílias assentadas, do consumidor e da natureza. Construindo assim, formas diversas de autonomia no espaço, controlando o território conquistado através da luta organizada.

3.4 – Proposta do INCRA

Para o INCRA a proposta de desenvolvimento da produção deve permitir que cada

unidade familiar desenvolva a produção em sua parcela de forma cooperada ou individual. O INCRA, também não aceita o arrendamento das terras, pelo qual, estabelece um contrato com cada família que pretenda produzir, numerando condições as quais as mesmas estão sujeitas. O arrendamento dos lotes poderia trazer como consequência a perda do mesmo.

Assim, o contrato sobre o plantio do arroz e uso da água para irrigação nos assentamentos da Reforma Agrária deve ser realizado a partir de um contrato de concessão de uso, sob condição resolutiva, com um prazo de validade de 05 anos⁶. O contrato estabelece como cláusula principal, a obrigatoriedade dos assentados (as) apresentarem um plano de safra, no caso de arroz. Cabe ao INCRA supervisionar as atividades do projeto de lavoura, garantido assistência técnica e acesso aos recursos e créditos. Os irrigantes devem manter-se na condição de assentado perante o INCRA, trabalhar diretamente no lote dentro do perímetro de irrigação, utilizar a água especificamente para irrigar o seu lote, comercializar a produção por meio de nota fiscal do produtor.

Ou seja, politicamente o INCRA cria uma forma que também é jurídica, pois o contrato é assinado pelo Superintendente do INCRA e pelo irrigante assentado que vai realizar o plantio e a colheita do arroz. As condições do contrato limitam o arrendamento nas áreas baixas ou nas áreas de plantio dos assentamentos reafirmando a autonomia camponesa em relação à conquista de seu território.

⁶ O número do contrato do assentamento Nova Santa Rita é: RS 503600000038.

Conclusão

Por mais de 25 anos a Reforma Agrária esteve presente na pauta política brasileira, esteve nos campos e nos acampamentos organizados pelo MST. O assentamento Santa Rita de Cássia II mudou e muda a geografia, cortou a cerca do latifúndio, avançou, recuou, novamente avançou, foram e são trabalhadores (as) incansáveis, na busca de melhores condições de plantar e produzir. Os poucos e novos assentamentos que o MST conquistou nos últimos anos, entre eles o assentamento Santa Rita de Cássia II, vem produzindo produtos orgânicos saudáveis, e construindo novas formas de se organizar.

A condição de vida das famílias assentadas também mudou, mudou a paisagem do assentamento, a ampliação das moradias, o número de pessoas que se multiplica no assentamento, a saúde das pessoas, a participação política junto à sociedade, a produção orgânica. A produção de arroz orgânico no assentamento é sem sombra de dúvidas uma experiência que resgata valores, cria e recria novas técnicas de produção, mas essencialmente cria um estilo de vida para as famílias assentadas, gerando com isso uma produção orgânica, resgatando culturas e valores da comunidade e no indivíduo como parte fundamental de um processo ainda em construção.

Por outro lado a conflitualidade entre os modelos de produção, ainda se faz presente no assentamento e, tende a continuar, pois as técnicas utilizadas pelos assentados para produzir arroz orgânico estabelece outras formas de relação com o mercado e as mercadorias. O assentamento e a produção de arroz orgânico têm muitos desafios pela frente, entre eles, as condições de preço, a produção da semente e o uso e manejo da água. Mas o fundamental é que estamos produzindo, trabalhando e se organizando dentro de outra lógica de sistema.

Durante o tempo de pesquisa percebemos que as mudanças foram acontecendo na geografia do assentamento Santa Rita de Cássia II e como as famílias foram se movendo no Território, como foram se organizando na produção orgânica, como buscaram os novos espaços no município de Nova Santa Rita e na sociedade. O assentamento é, e deve ser, por tudo isso um território conquistado e controlado pela luta dos trabalhadores Sem Terra.

A participação do estado através de políticas públicas de financiamento e compra da produção tanto das hortas como do arroz orgânico contribuem para a melhora das condições das famílias assentadas, por outro lado gera uma certa dependência das políticas de comercialização realizadas por parte do estado brasileiro para com os assentados.

Desta maneira veja que os grandes desafios que os assentados obtenham, é de como

que incorporam novas famílias assentadas no processo de produção orgânica, sem perder a autonomia de poder planejar e decidir os rumos do trabalho da produção e da comercialização, assim criando novas maneiras de autonomia em relação ao território conquistado.

Bibliografia

ALTIERI, M. Agroecologia – bases científicas para uma agricultura sustentável. 2002. Editora Agropecuária.

APORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n.1, p.16- 37, jan./ mar. 2000a.

BELEDELLI, S. & MEDEIROS, R. M. V. 2005. Assentamento, sua Cultura, Identidade e Organização . Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Equipe Técnica do Núcleo Operacional Nova Santa Rita || - Cooptec 2009

FAGUNDES, L. F. & ANDRIOLI, L. M. 2007. Territorialização Camponesa, através de uma Nova Matriz Tecnológica. Trabalho apresentado para o Curso Especial de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Porto Alegre.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008d.432 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia dos Territórios. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. IN: SPOSITO, SAQUET; Eliseu Savério, Marcos Aurélio. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES Teorias, processos e conflitos. 1. Edição. São Paulo Editora: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes:Vinte anos do MST e a Perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula.IN.OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino e MARQUES, Marta Inês Medeiros. O CAMPO NO SÉCULO XXI Território de vida, de luta E de construção da vida social. São Paulo: Editora Casa Amarela e editora paz e terra, 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000

Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA). 2008. Custo de produção do arroz irrigado no Rio Grande do Sul – Safra 2008-2009.

KELMAN, Jerson. Custo, valor e preço da água na agricultura. Jerson. Disponível em <<http://www.ceivap.org.br/downloads2009/informativo20dez2009.pdf> . Acessado em 30 de setembro de 2010

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. Revista NERA Presidente Prudente Ano11, n 12 pp57-67 Jan-jul 2008

MST. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos, Caderno de Cooperação Agrícola 7. São Paulo: CONCRAB, agosto 1998.

OLIVEIRA, A. U.. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p.

OLIVEIRA, A. U. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. 1ª Ed. São Paulo: Editora: Casa Amarela, 2004. p 372.

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra. São Paulo: Editora. Revista Orientação. Instituto de Geografia Nº 5. capítulo 04. P. 94 e 95. USP – Universidade de São Paulo. São Paulo – outubro, 1984

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra: Diferencial I e II. São Paulo. Editora. Revista Orientação. Instituto de Geografia Nº 6. capítulo 09 e 10. P. 93 à 104. USP – Universidade de São Paulo. São Paulo – novembro, 1985

Panfleto informativo da COCEARGS, Cooperativa Central dos Assentamentos da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, semeando cooperação colhendo qualidade de vida. Dezembro de 2010

PRIMAVESI, A. Agroecologia – ecosfera, termosfera e agricultura. 1997. São Paulo. Editora Nobel.

Relatório ambiental do assentamento, realizado pelo Incra/RS, através de contratação de técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, realizado em março 2009.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1) Santos, Milton, 1926-2001

SANTOS, Milton- Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

VIGNOLO, A.M. S. A Produção de Arroz Orgânico nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região de Porto Alegre – RS Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias 2008.

WOORTMANN , K. Anuário Antropológico 87.Campesinato. Teoria Antropológica ed. (UnB) Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

ANEXOS:

**QUESTIONÁRIO TRABALHADO NO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II:
EM NOVA SANTA RITA – RS**

CATEGORIA-DISPUTA-TERRITÓRIO

Assentados 102 famílias: entrevistar 15% seguindo ordem das famílias dos lotes:
01,07,14,21,28,35,42,49,56,63,70,77,84,91,99.

1.Nome:.....?

2.Sexo: M () F () Idade.....?

3.Qual a origem da família?

País.....?

Estado.....?

Região.....?

4.Composição familiar?

Número de Pessoas.....?

Força de trabalho.....?

Horas de trabalho dia.....?

5. Quais as principais necessidades da
família.....?

6.Matriz tecnológica?

Qual a força utilizada no sistema de produção? trator, animais,
outros.....?

Jeito de produzir? Sementes, adubos outros
.....
.....

7.O que necessita para se plantar um hectare de arroz
.....?
.....?

8.Sabe que tipo de solo (Terra) tem no assentamento
.....?
.....?

9. O seu conhecimento sobre a produção de arroz vem de onde?

Globo rural.....?

Grupo de arroz orgânico.....?

Cooptec(Cooperativa dos técnicos).....?

Dos “ catarinas”.....?

10. Participa de reuniões no assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Núcleo de Base.....?

Coordenação.....?

Grupos de produção?

11. O que você entende por assentamento

.....

.....?

12. O que já se produz no lote para o consumo das refeições do dia?

Café.....?

Almoço.....?

Janta.....?

13. Tem conhecimento sobre:

Agricultura orgânica, agroecologia.....?

Agronegócio.....?

14. Já participou de alguma reunião?

Grupo gestor das hortas.....?

Grupo gestor do leite.....?

Grupo gestor do arroz.....?

Em negociação com os “Catarinas”.....?